

# **A LUTA POLÍTICA DE IZA CUNHA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ESTADO DO PARÁ.**

**Sandra Regina Alves Teixeira<sup>1</sup>**

Este trabalho analisa o perfil social feminino concernente a participação política no espaço público da História da Amazônia na perspectiva biográfica sobre uma das principais mulheres que destacaram-se na militância social e política: Isabel Marques Tavares da Cunha- ISA CUNHA, de codinome “Maria”, que através da luta clandestina na Ditadura Militar atuou em organizações populares e de trabalhadores, movimentos sociais e de mulheres, pautando-se como uma grande liderança feminista, na formação política e principal referência nos Direitos Humanos. A metodologia será quali-quantitativa examinando matérias veiculadas em alguns periódicos tais como: “RESISTÊNCIA” (o qual Isa Cunha escrevia em algumas colunas), localizado no Laboratório de Antropologia e CENTUR; alguns documentos institucionais da FASE, CEPEPO, CPT, SPDH e 10 questionários aplicados aos que conviveram cotidianamente com ISA CUNHA. Historicamente, os homens dominaram o público e atribuíram a ele a sua própria condição de existir (ARENDDT, 1991), posteriormente as mulheres passam a ocupar espaços público-políticos nos movimentos sociais e partidos políticos, na luta por direitos sociais, econômicos e políticos das mulheres, em todo o Brasil, em especial no Pará, destacando-se alguns perfis sociais históricas mulheres militantes, políticas, sindicalistas, consolidando a luta pela efetivação dos Direitos Humanos, através da organização do Movimento Social de Mulheres Campo e Cidade e Movimento Feminista na década de 60, 70 e 80. Portanto, a História e Memória de Isa Cunha devem ser preservadas como amazônida debatendo gênero nas organizações populares, político-partidária em um contexto de outrora pautada em trajetórias de lutas e resistências das mulheres proporcionando a emancipação política.

**PALAVRAS-CHAVE:** Feminismo, Política e Movimentos Sociais.

## **INTRODUÇÃO**

Este trabalho analisa o perfil social feminino concernente a participação política no espaço público da História da Amazônia na perspectiva biográfica dialogando com a História Social e Cultural, sobre uma das principais mulheres que destacaram-se na militância social e política: Isabel Marques Tavares da Cunha, conhecida como Iza

---

<sup>1</sup> Mestre em Direitos Fundamentais (UNAMA). Esp. Processo Penal, Civil, Constitucional e Trabalho. (MAURICIO DE NASSAU) Esp. Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia (ESMAC). Esp. em História Social da Amazônia (UNAMA). Esp. em Docência no Ensino Superior na Amazônia (UFPA). Conselheira Estadual dos Direitos das Mulheres (SECULT). Comissão de Direitos Humanos/ Colaboradora (OAB-PA). Historiadora. Bacharel em Direito. Docente SEDUC/ESMAC. Técnica em Gestão Cultural (SECULT). Docente do Curso de Graduação em Direito e História da Faculdade ESMAC

Cunha de codinome “Maria”, que através da luta clandestina na Ditadura Militar atuou em organizações populares e de trabalhadores, movimentos sociais e de mulheres, pautando-se como uma grande liderança feminista, na formação política e principal referência dos Direitos Humanos na Amazônia.

A metodologia utilizada foi na abordagem qualitativa examinando 30 matérias veiculadas em alguns blogs e sites; periódicos tais como o jornal “*Resistência*” (15 matérias referente ao período de 1979 a 2013), o qual Iza Cunha era colaboradora em algumas colunas, localizado no Acervo da Biblioteca Arthur Vianna da Fundação Cultural do Estado do Pará, popularmente conhecido como CENTUR; alguns documentos institucionais da FASE, SPDH, 15 questionários dos 40 aplicados aos que conviveram cotidianamente ou indiretamente com Iza Cunha, além de 03 entrevistas realizadas (2 na SDDH) e dezenas de fotografias e iconografias<sup>2</sup>, em uma análise descritiva e historiográfica das diversas fontes.

Historicamente, os homens dominaram o público e atribuíram a ele a sua própria condição de existir (ARENDDT, 1991), posteriormente as mulheres ocuparam espaços público-políticos nos movimentos sociais e partidos políticos, na luta por direitos sociais, econômicos e políticos das mulheres, em todo o Brasil, em especial no Pará, destacando-se alguns perfis sociais, históricas mulheres militantes, políticas, sindicalistas, consolidando a luta pela efetivação dos Direitos Humanos, através da organização do Movimento Social de Mulheres Campo e Cidade e Movimento Feminista na década de 60, 70 e 80.

Portanto, o trabalho é proeminente do ponto de vista científico e social, para a conclusão desta Pós Graduação em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia (ESMAC), pois além de Iza Cunha ter contribuído na organização das mulheres, na discussão e formulação de políticas públicas, na implementação do debate dos Direitos Humanos na Amazônia, a História e Memória desta protagonista devem ser preservadas como amazônida debatendo a categoria gênero nas organizações populares, político-partidária em um contexto de outrora pautada em trajetórias de lutas e resistências das mulheres proporcionando o empoderamento e emancipação política.

---

<sup>2</sup> O arcabouço de fontes coletadas estão sistematizadas em dossiê sobre a história e memória de Iza Cunha, não foram esgotadas neste breve ensaio de perspectiva biográfica e serão direcionadas para o Projeto de Doutorado.

## IZABEL MARQUES TAVARES DA CUNHA – IZA CUNHA

Adentrar no universo da pesquisa sobre a trajetória de uma militante política do período militar brasileiro na sociedade paraense, é uma tarefa árdua, por inúmeros motivos: 1- existem poucas notícias/reportagens/produções acadêmicas sobre sua história de vida veiculadas nas redes sociais; 2- raríssimas matérias jornalísticas no próprio periódico intitulado: “Jornal *Resistência*”<sup>3</sup> no qual Iza Cunha era colaboradora e escrevia esporadicamente; 3- muitos homens e mulheres que conheceram Iza Cunha recusaram-se a responder os questionários ou conceder entrevistas e 4- outros (as) desconheciam o perfil sócio-político da militante dos Direitos Humanos na Amazônia, nem ao menos eu, que tenho a mesma formação acadêmica, social e política de Iza Cunha, pois em minhas memórias estive em seu velório e posteriormente ganhei de presente uma camisa com sua foto em uma das inúmeras homenagens em atos políticos que recebeu pós seu falecimento no ano de 2003.

Neste sentido, percebi a importância da História Cultural e Social, considerando as experiências sociais de uma mulher amazônica, protagonista nas discussões de Gênero e Direitos Humanos, na preservação de sua memória, além do desafio de escrever um ensaio na perspectiva biográfica, pois conforme asseverou Benito Schmidt: “é uma das tarefas fundamentais do gênero biográfico na atualidade é [exatamente o de] recuperar a *tensão*, e não a oposição, entre o individual e o social”<sup>4</sup>

O periódico *Resistência* publicado em março de 1981, veiculou uma extensa reportagem intitulada: “Tortura O Inferno de Iza Cunha”, no qual a Historiadora e coordenadora do CIPES-Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais, relatou em forma de denúncia inúmeras torturas e atrocidades cometidas durante a repressão militar, vivenciada no período em que esteve presa de 30 de dezembro de 1971 a outubro de 1972, sendo que durante 04 meses na cela do DOP’S, considerado um período de alta tensão porque constantemente ouvia gritos e surras a

---

<sup>3</sup> Segundo o jornalista Paulo Roberto Ferreira “Foi para contrapor ao discurso único, imposto pela ditadura, que surgiu também, em Belém, o jornal *Resistência*, órgão da Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), em fevereiro de 1978. O periódico assumiu um lado, o lado que não tinham vez e nem voz. Por isso mesmo recebeu marcação cerrada dos órgãos de segurança e informação. Seus integrantes eram espionados em 1977 (quando foi fundada a SPDH), pelo Serviço Nacional de Informações (SNI) e pelo Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa)” In: FERREIRA Paulo Roberto. A Censura no Pará. A mordada a partir de 1964 (registros e Depoimentos). Belém Pará Paka-Tatu. 2015. p. 165.

<sup>4</sup> SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas. Aproximações e afastamentos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, n.19, 1997.p.12.

presos comuns. Em outubro de 1973 Iza Cunha encontrava-se grávida de 02 meses, sendo intimada para um julgamento em Juiz de Fora no qual teve uma condenação de 6 meses, porém já tinha sido cumprida pena de 10 meses e segundo ela “sobravam 4 meses”, voltando para Belém sem o marido Humberto Cunha, que ficou em Juiz de Fora para cumprir a pena de mais de 3 meses e meio, uma vez que sua condenação foi de 18 meses de prisão.

Na reportagem Iza Cunha descreve os inúmeros tipos de torturas vivenciadas nas dependências do DOI CODI tais como: “pau de arara, choques elétricos (nos dedos e mãos com descarga de mais e 60 volts, “estendendo-se pelo ânus, língua, vagina e no corpo todo”), tapas, telefones (tapas no ouvido com as mãos em forma de concha, socos, câmara de tortura”. Além das atrozes ameaças de ser “currada por 5 homens em um Volks”, hodiernamente intitulado de estupro coletivo, e com o possível desaparecimento do seu corpo, Iza Cunha relatou que foi torturada pelo Sargento Davi, conhecido como Dr. Sócrates que:

Despida, apertava o bico dos meus seios, como quem queria arrancá-los; depois sentou-me a força em um vaso sanitário onde jogava água gelada dentro dos meus órgãos genitais. Parecia um louco, desesperado, os olhos a saltar, parecia transtornado, Olhei firme para ele e mandei-o fazer isso com a mãe dele. Ele respondeu que a mãe dele não era uma subversiva era uma santa mulher. Era um sádico e tenho quase certeza que chegava ao orgasmo quando fazia isso. Ficava irritadíssimo e nervoso quando fitava-o, firme nos olhos; voltava a torturar-me.<sup>5</sup>

O site intitulado: “*Brasil Nunca Mais Digital- Sumário do BNM 054*”, traz informações gerais sobre a Primeira Fase do Processo e Recurso ao Superior Tribunal Militar. A organização/partido ou setor social a ser atingido era a Ação Popular conhecida como AP que Izabel Marques Tavares militava clandestinamente, sendo denunciada pelo Ministério Público Militar sob a acusação de “Agrupamento perigoso à Segurança Nacional. Classificação do crime alterada na sentença por agrupamento prejudicial à Segurança Nacional. Fundamento legal da acusação Artigo 43, do Decreto-Lei nº 898, de 1969. Classificação do crime alterada na sentença para art. 14, do mesmo Decreto-Lei”<sup>6</sup>

---

<sup>5</sup> CARVALHO. Luiz Maklouf. Tortura. O Inferno de Iza Cunha. Resistência. Março de 1981. Ano IV. n. 22. Disponível em: [www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p](http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p). Acesso em: 06 mar 2019.

<sup>6</sup> BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: [bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html](http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html). Acesso em: 10 mar 2019.

A denúncia foi realizada em 13 de abril de 1972, processo tramitou na Justiça Militar Minas Gerais- Auditoria da 4ª CJM- Juiz de Fora e da data da sentença foi em 09 de outubro de 1973 com o resultado do Julgamento:

Foi reconhecida a litispendência quanto a Jussara Lins Martins, José Milton Ferreira de Almeida, Luiz Antonio Duarte e Marcos José Burle de Aguiar, para o fim de excluí-los da ação penal. Condenação de Zoraide Gomes de Oliveira, Alanir Cardoso, Claudio Fernandes Arabal, Humberto Rocha Cunha e de Edesio Franco Passos à pena de 1 ano e 6 meses de reclusão; de Salvio Humberto Penna à pena de 1 ano de reclusão; e de **Izabel Marques Tavares**, Ana Lucia Penna e de Maria Rosângela Batistoni à **pena de 6 meses de reclusão**. Absolvição dos demais acusados. (grifo meu)<sup>7</sup>

Em 26 de outubro de 1973 Humberto Rocha Cunha e Izabel Marques Tavares entraram com apelação ao egrégio Superior Tribunal Militar, pois estavam “inconformados com a sentença que os condenou a um ano e seis meses”<sup>8</sup>. Dentre as razões finais apresentadas em 13 de novembro de 1973, o argumento central foi na desistência voluntária (“daquela filiação do grupo subversivo”) o qual relatava que:

Isto posto considerando a insuficiência de provas dos autos e considerando que houve a desistência voluntária dos possíveis atos de filiação e que nenhum outro ato delituoso foi imputado a apelante, espera-se a reforma da Sentença com sua absolvição por ser de JUSTIÇA.<sup>9</sup>

Neste sentido, analisar o referido Processo da Justiça Militar, é relevante para a construção de campos de possibilidades para o conhecimento histórico na perspectiva da História Cultural e Social, pois conforme analisou Carlo Ginzburg possibilita aos pesquisadores adentrar no universo de determinados sujeitos sociais<sup>10</sup>, tais como as mulheres, antes excluídas na História, pois funcionam como ‘fio do relato, que nos ajuda a nos orientarmos no labirinto da realidade’<sup>11</sup>.

Destarte sobre o poder simbólico dos processos no campo jurídico Pierre Bourdieu analisa que:

---

<sup>7</sup> BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: [bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html](http://bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html). Acesso em: 10 mar 2019.

<sup>8</sup> BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: [bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB\\_01&PagFis=90386](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=90386). Acesso em: 10 de mar 2019.

<sup>9</sup> BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: [bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB\\_01&PagFis=90386](http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/docreader.aspx?bib=BIB_01&PagFis=90386). Acesso em: 10 mar 2019.

<sup>10</sup> GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 205.

<sup>11</sup> GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, Falso, Fictício. Tradução de Rosa Freire d’aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.p.7

O campo judicial é o espaço social organizado no qual e pelo qual se opera a transmutação de um conflito direto entre as partes diretamente interessadas no debate juridicamente regulado entre profissionais que atuam por procuração e que tem em comum o conhecer e o reconhecer de regra do jogo jurídico, quer dizer, as leis escritas e não escritas do campo<sup>12</sup>.

Dessa forma, ao analisar o depoimento no processo de Iza Cunha contestando o seu algoz, torturador e violador de seus direitos fundamentais, conforme asseverou Michelle Perrot: “Por sua falta de respeito, sua ironia, sua espontaneidade, a palavra das mulheres é cheia de subversões. Ela mantém esta reserva, esta distância que permite aos humildes preservar a sua identidade. Salvar sua memória”<sup>13</sup>, logo é importante dar voz a essa mulher Iza Cunha, que sofreu violações concernente ao princípio da dignidade da pessoa humana, analisando seu perfil social, suas experiências e vivências sociais, políticas e culturais na sociedade paraense da década de 70 a 90, tornando-se referência na militância política em defesa dos Direitos Humanos na Amazônia.

Em entrevista<sup>14</sup> concedida para Historiadora Edilza Fontes, Humberto Cunha marido de Isa Cunha afirmou que na época em que eram namorados deslocaram-se para Minas Gerais a convite da Direção Nacional AP (em São Paulo, para reorganizar ao Partido na região de Belo Horizonte uma vez que todos foram presos (a organização abrangia os estados de Minas Gerais, Brasília e Goiás), Iza Cunha acompanha o futuro marido atuando na clandestinidade.

Humberto Cunha relatou em entrevista que foi deslocado para São Paulo e ficou preso, fez greve de fome por melhores condições na cadeia e foi levado para o Carandiru, em reclusão até abril de 1973, depois” voltou para Belém e teve uma luta para voltar a cursar agronomia na FICAP” e em outubro de 1973 foi intimado para o julgamento em Juiz de Fora, sendo condenado a um ano e meio de reclusão, cumprindo o restante da pena por mais 3 meses. Logo somente teve permissão de voltar ao curso de Agronomia no segundo semestre de 1974 e colou grau em 1976, segundo ele “Iza Cunha ficou em um presídio separado e saiu antes, pois ficou apenas 10 meses presa”.

---

<sup>12</sup> BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 229.

<sup>13</sup> PERROT Michele. A Mulher Popular Rebelde, In: As Mulheres e os silêncios da História. Bauru. SP, EDUSC. 2005. p. 217.

<sup>14</sup> FONTES, Edilza Joana Oliveira A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso em: 04 mar 2019.

Diante disso, o casal se “sustentava com aulas particulares e montaram uma escolinha de alfabetização” sustentando os dois filhos<sup>15</sup>.

Em 1978 Iza Cunha participou junto com Humberto Cunha em uma atividade da FASE no RJ e foram convidados para a participação do Comitê Brasileiro da Anistia, trouxeram para Belém que fez parte de um núcleo da Anistia dentro da SPDDH com dupla vinculação, discutindo a anistia em assembleias na SPDDH e com apresentação da carta de princípios da SPDDH, o que possibilitou fundar depois de 10 anos o Movimento Nacional dos Direitos Humanos.

A partir dos relatos de Humberto Cunha sobre Iza Cunha compreende-se o processo da trajetória política da mulher militante pois conforme afirmou Vavy Pacheco Borges “os problemas de interpretação de uma vida são riquíssimos, pois nos defrontam com tudo que constitui nossa própria vida e a dos que nos cercam (...) Atualmente a biografia, como aliás quase tudo mais, é vista como parte da história. Fala-se em um retorno da biografia”<sup>16</sup>.

Desse modo ao analisar as diversas fontes sobre a vida de Iza Cunha constatou-se que a mesma era professora formada em História, foi militante política de organizações clandestinas e diversos partidos tais como: APML (Ação Popular Marxista Leninista), PCdoB (Partido Comunista do Brasil), PRC (Partido Revolucionário Comunista), e PT (Partido dos Trabalhadores) sendo candidata ao parlamento no início da década de 90, coordenadora do CIPES Centro de Intercâmbio de Pesquisas e Estudos Econômicos e Sociais, foi fundadora do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade (MMCC) e SDDH (Sociedade Paraense em Defesa dos Direitos Humanos), no qual posteriormente ocupou o cargo de Presidente.

Também atuou na implementação do Conselho Municipal da Condição Feminina de Belém sendo posteriormente Presidente, “o principal papel de Isa Cunha na Amazônia foi na organização das mulheres trabalhadoras rurais por seus direitos trabalhistas e pelo direito à terra. Nessa tarefa foi primordial, também, sua defesa do meio ambiente, contra a primeira proposta de construção da usina Belo Monte, contra os grandes projetos que destruíam a floresta e os rios, e defesa dos povos indígenas(...)”.

---

<sup>15</sup> FONTES, Edilza Joana Oliveira A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso em: 18 mar 2019.

<sup>16</sup> BORGES Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia Gabrielle Brune-Sieler, uma Vida (1874-1940). IN: BRESCIANI Stella e NAXARA Márcia (org.) Memória e (Res) sentimento Indagações sobre uma questão sensível. Campinas SP. Editora da Unicamp. 2004. p.288.

Como Historiadora, feminista e ativista dos Direitos Humanos foi uma mulher à frente do seu tempo, fazendo múltiplas palestras contra o machismo e em defesa dos direitos reprodutivos das mulheres com os trabalhadores do campo e da cidade”<sup>17</sup>

A partir do relato acima mencionado compreende-se que Iza Cunha rompe com o modelo de perfil social feminino<sup>18</sup> vigente nas décadas de 70 e 80 e início dos anos 90, no qual a mulher deveria estar inserida apenas no espaço privado doméstico cuidando da casa, marido e filhos, no entanto ao ocupar o espaço público no campo político e social era representada por muitos de seus companheiros (as) de militância política como “uma mulher à frente do seu tempo”<sup>19</sup>, logo Iza Cunha desconstrói a naturalização dos papéis sociais de gênero no qual “a Igreja, e o Estado apostavam no sucesso do papel feminino. Dentro de casa, a mulher poderia comandar alianças, poderes informais e estratégias. Mas apenas dentro de casa. Na rua era outra coisa”<sup>20</sup>

Segundo o jornalista e amigo de militância política Pedro César Batista que conviveu com Iza Cunha no final dos anos 70 “quando a SPDDH estava sendo fundada durante a realização das reuniões na Igreja da Aparecida, na Pedreira em Belém. Depois convivemos por um período, durante a articulação da Tendência Popular do PMDB, que reuniu candidaturas populares, com reuniões na Livraria Jinkinks, sendo que Humberto Cunha companheiro de Iza, foi candidato a vereador, tendo sido eleito em 1982 (...) Um quadro dos movimentos de esquerda paraense, tendo tido destaque na construção do PT, de movimento populares, do Movimento do Campo e da Cidade (MMCC), da Comissão dos Bairros de Belém (CBB) e junto a inúmeras lutas do povo e da classe trabalhadora”<sup>21</sup>

---

<sup>17</sup> SOLIMÕES. Neide Rocha Cunha. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email em 11 de novembro de 2018 às 11:11h A Farmacêutica Servidora Pública Federal argumenta que conheceu Iza Cunha “em meados de 1968 (..) em plena efervescência das lutas estudantis contra a ditadura militar”, tornando-se posteriormente cunhada de Iza Cunha, pois a mesma casou-se no civil com seu irmão Humberto Cunha.

<sup>18</sup> MATOS, Maria Izilda. Outras Histórias: as Mulheres e estudos de gênero-percursos e possibilidades (org). Gênero em Debates. São Paulo. Edusc. 1997, p. 84-113. A autora se detém na análise dos novos perfis de comportamentos masculinos e femininos através da categoria analítica de gênero.

<sup>19</sup> CAREPA. Ana Júlia. A ex Governadora do Estado do Pará (a primeira e única mulher a governar o Pará) afirma que: “Iza Cunha teve um papel social muito relevante na Amazônia. Foi uma mulher à frente do nosso tempo. Foi uma liderança que influenciou positivamente muitas pessoas, mulheres especialmente”. Entrevista aplicada através de Questionários respondidos por email em: 25 de janeiro as 13:51 h .

<sup>20</sup> PRIORE Del Mary. Histórias e conversas de Mulher. 2ª ed. São Paulo. Planeta. 2014.p.19.

<sup>21</sup>BATISTA. Pedro César. Entrevista aplicada através de questionário respondido por email em 23 de janeiro de 2019 às 16:22 h. O Jornalista e coordenador do Movimento Cultural de Olho na Justiça asseverou que; “na organização do MMCC ela teve papel fundamental. Atuando na mobilização de camponeses e trabalhadoras urbanas”.

O Blog intitulado “Resistência” publicou no dia 02 de abril de 2012, sob o título “Resistência à Ditadura: o embrião da luta por Direitos Humanos no Brasil”, as palavras da própria Iza Cunha concernente ao papel social e político da SDDH na ocasião sendo Presidente e comemorando 10 anos de fundação:

A SDDH nasceu nesse clima (de Ditadura Militar) e teve o papel de aglutinar toda a oposição de esquerda à ditadura militar, lutando por anistia ampla, geral e irrestrita, pelas liberdades políticas, pela reforma agrária radical e imediata, e por eleições livres e diretas em todos os níveis, luto contra a Lei de Segurança Nacional e contra os órgãos do aparelho repressivo e contra a tortura, principalmente<sup>22</sup>.

A Historiadora Elisete Veiga Maia, companheira de militância política de Iza Cunha, argumenta que a militante política atuou na “organização das operárias da Castanha para participação no Sindicato da categoria, com realizações de reuniões, pautas reivindicatórias de trabalho, passeatas e muitas mobilização das mulheres que tinham uma concentração nos bairros da Condor e Jurunas”. Relata que Iza Cunha “participou da equipe do IPAR (Instituto Pastoral Regional, ministrava cursos através da teologia da libertação, fez parte da MLPA (Movimento pela Libertação dos Padres do Araguaia), da Comissão Pastoral da Terra, com formação de trabalhadores (as) rurais, onde acompanhei algumas de suas viagens e diálogos, e tinha uma boa inserção política dentro desses movimentos”<sup>23</sup>.

Para Rosana Moraes Assistente Social que atuou como técnica no Projeto de Combate a Violência Contra a Mulher 1999 a 2000, período em que Iza Cunha foi Presidente do CMCF- Conselho Municipal da Condição Feminina afirma que:

Isa sabia transitar nos corredores dos movimentos sociais e da política uma militante do PT que não se escondia, sabia dialogar e trazer ganhos para às políticas ao segmento feminino. Uma mulher incansável. Morreu lutando, posso afirmar! Era uma pessoa benquista, carismática.

Ela fez parte da luta, resistência e conquista das mulheres amazônidas. Isa militou. Pensava às conquistas das mulheres em todos os campos urbano, rural, ribeirinho, comunidades, tradicionais... trabalhava na perspectiva HUMANISTA dos DIREITOS! Viajou muito por aí, construiu pautas e agendas políticas.

Iza trabalhou nos dois lados: militância nos movimentos e servidora pública nos cargos comissionados que assumiu. Sabia diferenciar atuando com ética e respeito. Era uma boa articuladora!!

---

<sup>22</sup> JORNAL RESISTÊNCIA. Resistência à ditadura o embrião da luta por Direitos Humanos no Brasil. 02/02/2012. Disponível em: <https://jornalresistenciaonline.blogspot.com>. Acesso em 17mar 2019.

<sup>23</sup> MAIA. Elisete Veiga. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email 30 de janeiro de 2019 às 03:53 h.

De viés socialista, Isa primava pela liberdade, igualdade justiça social. Tinha um olhar marxista-crítico sobre o mundo<sup>24</sup>.

Dessa forma percebe-se uma preocupação de Iza Cunha no que se refere organização das mulheres, dos movimentos populares e sociais dentro da abordagem marxista dialogando com as primeiras discussões de gênero, feminismo, violência contra a mulher e direitos humanos dentro do espaço acadêmico promovido pelo GEPEM/UFPA conforme relata a coordenadora e cientista política Dra Luzia Miranda Alvares:

O feminismo de Isa Cunha tendia a uma radicalidade sem fronteiras, quando a situação se inclinava a constatar a violência contra a mulher. Mas ela ia mais além, mostrando que se deixássemos de lado o companheiro sem as informações pontuais sobre a violência praticada, não mudaríamos nada, não chegaríamos a desenvolver o pleito maior que era a mudança social. E essa posição dela me fascinava, pois sempre foi esse o meu ponto de vista.

Desta sintonia, extraíamos a argumentação necessária para a revisão de algumas versões que não levavam a quase nada. Nossas conversas eram sempre para a definição de posições dos temas sobre a questão da mulher, nos textos teóricos que surgiam e também na prática, quando ela via que estas posições tendiam a excluir algum ator social do processo. Eram sempre para planejar alguma oficina, curso ou palestra que levasse informação às mulheres.

Por isso, Isa sempre estava presente nos eventos promovidos pelo GEPEM/UFPA dando sua contribuição às novas gerações. Esta parceria se não alcançou mais o presencial, seu rastro tem estado presente entre nossas companheiras de movimento e isto é muito bom saber. Mas aquela ternura de Isa Cunha de comentar a mudança na vida da mulher e tratar com radicalidade a justiça social para humanos e humanas vai ficar na diretriz de nossas vidas.

O movimento dos direitos humanos ficou pobre ao perder Isa Cunha, que foi ferida de morte no emprego que mantinha há muito tempo, onde não foi tratada por alguns com o instrumento que fazia dela a grande militante: os direitos humanos<sup>25</sup>.

Nesse sentido, a importância da consolidação da trajetória política e social de Iza Cunha como mulher e militante está representada simbolicamente na Comenda Iza Cunha normatizada pela Resolução nº 22 de 11 de agosto “que homenageia com medalhas outorgadas em 2004 e nos anos seguintes para personagens femininas<sup>26</sup>, que

---

<sup>24</sup> MORAES Rosana Ribeiro. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email: 06 de fevereiro de 2019 às 22:14 h

<sup>25</sup> ALVARES Luzia Miranda, “Oração por uma companheira de lutas”. Blog do Paulo Fonteles Filho. Verdade, Memória e Justiça na Amazônia. 10 jun 2016. Disponível em: paulofontelesfilho.blogspot.com/2016/06/luzia-miranda-alvaresassic. Acesso em: 17 mar 2019.

<sup>26</sup> CUT-PARÁ. “Mulheres recebem a medalha Isa Cunha na ALEPA e reivindicam medidas para a calamitosa situação da grande maioria das mulheres no Pará”. 12/03/2014. Disponível em: <https://cut.pa.org.br> Acesso em 17 marc. 2019.

prestam serviços relevantes à sociedade paraense, em Solenidade Especial na Assembléia Legislativa do Pará e na Câmara dos Vereadores de Belém no Dia Internacional da Mulher, contudo valorizando a memória de uma mulher que deixou um legado de luta e exemplo nos Direitos Humanos no Estado do Pará.<sup>27</sup> Nada mais do que justo tal comenda pois conforme preconizou Michelle Perrot

As Mulheres têm uma história (...) A história das mulheres mudou. Em seus objetos, em seus pontos de vista. Partiu de uma história do corpo e dos papéis desempenhados na vida privada para chegar a uma história das mulheres no espaço público da cidade, do trabalho, da política, da guerra, da criação. Partiu de uma história das mulheres vítimas para chegar a uma história das mulheres ativas, nas múltiplas interações que provocam a mudança. Partiu de uma história das mulheres para tornar-se mais especificamente uma história do gênero, que insiste nas relações entre os sexos e integra a masculinidade. Alargou suas perspectivas espaciais, religiosas, culturais.<sup>28</sup>

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS:**

A Especialização foi direcionada para a área de Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia, diante disso procurou-se analisar dentro de uma perspectiva da Biografia (ensaio biográfico) através da História Social e Cultural das Mulheres na Amazônia dialogando com diversas fontes e bibliografias adentrando no universo da trajetória política de Iza Cunha, que tinha uma “visão marxista, o materialismo histórico e dialético, no entendimento da opressão da mulher”<sup>29</sup> contribuindo para o debate e implementação de políticas públicas direcionadas para as mulheres na sociedade paraense tais como: “ moradia digna, memorável campanha em defesa da educação com a reivindicação da criação das creches e a garantia de vagas para zerar o déficit por meio da ampliação da rede de escolas públicas”<sup>30</sup>

---

<sup>27</sup> EDMILSON RODRIGUES DEPUTADO ESTADUAL DO POVO.” Ex Deputada Araceli recebe medalha do Legislativo”. Disponível em: <http://www.edmilsonbritoedrodrigues.com.br/ex-deputada-araceli-recebe-medalha-do-legislativo/> Acesso em: 17 març 2019. O site informa que : A ex Deputada do PSOL Araceli Lemos, também Historiadora homenageada pelo atual deputado estadual Edmilson Rodrigues do PSOL, ela foi presidente do Sindicato em Educação Pública do PARÁ (SINTEPP) e teve dois mandatos como Deputada Estadual pelo PT e PSOL entre os anos de 1998 e 2007, tendo sido representante das Mulheres Parlamentares da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais por dois mandatos, o discurso do Deputado Estadual Edmilson Rodrigues, concernente a homenagem, fez referência a atuação de Iza Cunha

<sup>28</sup> PERROT Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo. Contexto. 2017. p.15-16.

<sup>29</sup> TOLEDO, Cecília. Gênero e Classe. Org Alicia Sagra. São Paulo Sundermann, 2017.p.16.

<sup>30</sup> ALVES. Edivânia Santos. Historiadora e Professora da UFPA/IEMCI. Entrevista aplicada através de Questionário respondido por email: 12 março de 2019 às 00:39 h.

Dessa forma, Iza Cunha com o conhecimento histórico, político e social, contribuiu para a efetivação dos Direitos Humanos, organização dos movimentos sociais, participação política partidária (como candidata e assessora parlamentar) e de gestão (cargos comissionados, Presidência/Coordenação), além da militância na sociedade civil, (movimentos sociais, populares, organizações, associações e sindicatos). Eliana Fonseca argumenta que: “Iza foi uma mulher de uma identidade feminina impar, aparentemente frágil, delicada, e de uma vasta humildade, expressa a cada exemplo de mulher forte destemida, aguerrida, sem temer, sem dar passo para trás a não ser por estratégia, para dar um passo em seguida”<sup>31</sup>, logo era representada por muitos, como “uma mulher à frente do seu tempo”.

Neste sentido, além de sua memória ficar registrada em Comenda (medalha) para homenagear perfis femininos com relevância político-social, econômica, cultural e de gestão na sociedade paraense, Iza Cunha também foi homenageada no meio ambiente cultural urbano tais como: Praças (Belém-Bengui), Bibliotecas (Diretório Estadual do PT), Centro de Medidas sócio-educativas Feminina (Ananindeua), Núcleo de Assessoria Jurídica Universitária Popular, Unidade de Educação Infantil de Belém Isa Cunha, Cursinho Popular entre outros, configurando o registro de uma memória feminina presente na urbes do centro e periferia de Belém e do Estado do Pará.

Em entrevista no Jusbrasil em 2010, Regina Barata afirmou que: “Isa Cunha foi uma mulher guerreira que sofreu a insanidade da tortura que lhe arrancou gritos, lhe fez expor medo, mas não tirou os sonhos”<sup>32</sup>.

Portanto, a sua História e Memória devem ser preservadas como mulher amazônida em um contexto de outrora pautado em imagens de trajetória de lutas e resistências das mulheres proporcionando a emancipação política em um cenário público político (SALOMÃO & VIDAL, 2009, p.29), uma militante política dos Direitos Humanos que lutava contra a opressão, por uma justiça social vislumbrando “uma sociedade melhor e mais igualitária”<sup>33</sup>, “na defesa dos silenciados, humilhados e esquecidos”<sup>34</sup>. Pois

---

<sup>31</sup> FONSECA, Eliana. Educadora Popular, Conselheira Municipal dos Direitos Humanos, Coordenadora do MMCC- Movimento de Mulheres Campo e Cidade e ex Ouvidora de Segurança Pública do Estado, foi amiga pessoal de Iza Cunha atuando com a mesma na SPDDH e MMCC. Entrevista concedida no dia 06 de fevereiro de 2018 na SDDH (15 as 17 hs)..

<sup>32</sup> JUS BRASIL. “Legislativo comemora Dia Internacional da Mulher”. 08/03/2010. Disponível em: <https://al-pa.jusbrasil.com.br> Acesso em 14 set 2018.

<sup>33</sup> GUERRA, Jureuda Duarte, Psicóloga aproximou-se de Iza Cunha a militância do Pcdob SDDH e movimento feminista. Entrevista aplicada em questionário respondido por email em: 13 de maro as 13:24

<sup>34</sup> CARVALHO Angêlo. Geógrafo e Professor. Conheceu Iza cunha nas manifestações estudantis e sindicais. Entrevista aplicada em questionário respondido por email em: 05 de maro as 18:19h.

conforme a própria Iza Cunha em entrevista concedida como forma de denúncia no Jornal *Resistência* sobre a sua tortura relatou que: “Apesar de tudo isso, continuo achando o mesmo que achava: que o povo tem o direito de ter melhores condições de vida, lutando por todas as formas ao seu alcance, inclusive contra a lei, quando ela favorece apenas aos poderosos”<sup>35</sup>

## REFERÊNCIAS

ALVARES Luzia Miranda, “Oração por uma companheira de lutas”. Blog do Paulo Fonteles Filho. Verdade, Memória e Justiça na Amazônia. 10 jun 2016. Disponível em: paulofontelesfilho.blogspot.com/2016/06/luzia-miranda-alvaresassic. Acesso em: 17 mar 2019.

ARENDRT Hannah. A condição humana. Tradução de Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 1991.

BORGES Vavy Pacheco. Desafios da Memória e da Biografia Gabrielle Brune- Sieler, uma Vida (1874-1940). IN: BRESCIANI Stella e NAXARA Márcia (org.) Memória e (Res) sentimento Indagações sobre uma questão sensível. Campinas SP. Editora da Unicamp. 2004. p.288.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Elementos para uma sociologia do campo jurídico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 229.

BRASIL NUNCA MAIS DIGITAL. SUMARIO DO BNM 054. Ação Penal nº 16/72. Apelação nº STM 40.188. Disponível em: bnmdigital.mpf.mp.br/sumarios/100/054.html. Acesso em 10 mar 2019.

CARVALHO. Luiz Maklouf. Tortura. O Inferno de Iza Cunha. *Resistência*. Março de 1981. Ano IV. n. 22. Disponível em: [www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p](http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p). Acesso em: 06 mar 2019.

CUT-PARÁ. “Mulheres recebem a medalha Isa Cunha na ALEPA e reivindicam medidas para a calamitosa situação da grande maioria das mulheres no Pará”. 12/03/2014. Disponível em: <https://cut.pa.org.br> Acesso em 17 marc. 2019.

---

<sup>35</sup> CARVALHO. Luiz Maklouf. Tortura. O Inferno de Iza Cunha. *Resistência*. Março de 1981. Ano IV. n. 22. Disponível em: [www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p](http://www.fcp.pa.gov.br/2016-12-13-19-41-20/resistencia-mensario-da-sociedade-paraense-de-defesa-dos-direitos-humanos-belem-mitograph-v-4-n-22-mar-1981-20-p). Acesso em: 06 mar 2019.

EDMILSON RODRIGUES DEPUTADO ESTADUAL DO POVO.” Ex Deputada Araceli recebe medalha do Legislativo”. Disponível em: <http://www.edmilsonbritorodrigues.com.br/ex-deputada-araceli-recebe-medalha-do-legislativo/> Acesso em: 17 mar 2019.

FERREIRA Paulo Roberto. A Censura no Pará. A mordaza a partir de 1964 (registros e Depoimentos). Belém Pará Paka-Tatu. 2015. p. 165

FONTES, Edilza Joana Oliveira A UFPA e os Anos de Chumbo: memórias, traumas, silêncios e cultura educacional (1964-1985) – Entrevista com Humberto Rocha Cunha. Disponível em: <http://www.multimidia.ufpa.br/jspui/handle/321654/1277>. Acesso: 04 mar 2019.

GINZBURG, Carlo. O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição: São Paulo, Companhia das Letras, 2006. p. 205.

GINZBURG, Carlo. O fio e os rastros. Verdadeiro, Falso, Fictício. Tradução de Rosa Freire d’aguilar e Eduardo Brandão. São Paulo. Companhia das Letras. 2007.p.7.

JORNAL RESISTÊNCIA. Resistência à ditadura o embrião da luta por Direitos Humanos no Brasil. 02/02/2012. Disponível em: <https://jornalresistenciaonline.blogspot.com>. Acesso em 17mar 2019.

JUS BRASIL. “Legislativo comemora Dia Internacional da Mulher”. 08/03/2010. Disponível em: <https://al-pa.jusbrasil.com.br> Acesso em 14 set 2018.

MATOS, Maria Izilda. Outras Histórias: as Mulheres e estudos de gênero-percursos e possibilidades (org). Gênero em Debates. São Paulo. Edusc. 1997, p. 84-113. A autora se detém na análise dos novos perfis de comportamentos masculinos e femininos através da categoria analítica de gênero.

PERROT Michele. A Mulher Popular Rebelde, In: As Mulheres e os silêncios da História. Bauru. SP, EDUSC. 2005. p. 217.

PERROT Michelle. Minha História das Mulheres. São Paulo. Contexto. 2017. p.15-16.

PRIORE Del Mary. Histórias e conversas de Mulher. 2ª ed. São Paulo. Planeta. 2014.p.19.

SAMOLÃO Mirian da Silva & VIDAL Josep Pont. A participação das Mulheres no espaço público-político: Algumas reflexões. In: ALVARES Maria Luzia Miranda; SANTOS Eunice Ferreira; CANCELA Cristina Donza (orgs.).Mulheres e Gênero. As faces da Diversidade. Belém: GEPEN, 2009. p.23-34.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias. Historiadores e Jornalistas. Aproximações e afastamentos. Estudos Históricos. Rio de Janeiro. CPDOC/FGV, n.19, 1997.,p.12.

TOLEDO, Cecília. Gênero e Classe. Org Alicia Sagra. São Paulo Sundermann, 2017.p.16.